

**REUNIÃO
DO EXECUTIVO**

**ACTA N.º 31
DE 27/12/2005**

ACTA N.º 31**Data da reunião extraordinária : 27/12/2005****Local da reunião:** Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Santarém**Início da reunião:** 21,50 horas**Intervalos:** das 00,10 horas às 00,30 horas**Términus da reunião:** 00,35 horas**Resumo diário da Tesouraria:** 27/12/2005 1.474.972,74 €**Membros da Câmara Municipal que compareceram à reunião:****Presidente:** Francisco Maria Moita Flores**Vereadores:** Rui Pedro de Sousa Barreiro

Ramiro José Jerónimo de Matos

Mário José Rodrigues dos Santos

Joaquim Augusto Queirós Frazão Neto

Maria Luísa Raimundo Mesquita

Lígia Corujo Reis Batalha

Henriqueta da Graça Pereira Carolo

Luís Manuel da Graça Batista

Responsável pela elaboração da acta:**Nome:** Maria Nazaré de Matos Ferreira Pais da Costa**Cargo:** Chefe de Secção**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:**

-----**ABERTURA DA ACTA**-----

--- O **senhor Presidente** declarou aberta a reunião, eram **vinte e uma horas e cinquenta minutos**, dando conhecimento da presença do senhor **Luís Manuel da Graça Batista**, nesta reunião, em substituição do senhor Vereador Manuel António dos Santos Afonso, nos termos dos artigos setenta e oito e setenta e nove da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro.-----

--- Aproveitou ainda para reiterar os votos de Boas Festas e formular desejos de um Bom Ano de dois mil e seis a todos os presentes. -----

--- A seguir perguntou aos senhores Vereadores se já tinham tomado conhecimento da acta da reunião anterior, oportunamente distribuída e porque todos responderam afirmativamente foi dispensada a sua leitura, nos termos da Lei. Submetida seguidamente a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. -----

--- Seguidamente, e por se tratar de uma reunião extraordinária deu imediatamente início ao **“PERÍODO DA ORDEM DO DIA”**.-----

-----**OUTRAS DELIBERAÇÕES**-----

--- **CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO FINANCEIRA NA MODALIDADE DE LEASEBACK - PROGRAMA DE CONCURSO, CADERNO DE ENCARGOS E ANÚNCIO** -----

--- Foi de novo presente para apreciação e votação a proposta em epígrafe, já transcrita na acta da última reunião. Este assunto foi objecto de amplo debate, verificando-se as seguintes intervenções:-----

--- **Senhor Presidente** - Frisou ser já a terceira reunião onde são apresentados estes documentos. A primeira serviu para dar conhecimento dos mesmos; a segunda, para prestar os esclarecimentos considerados necessários, e que também vieram a ser transmitidos ao longo da semana aos membros do Executivo e, finalmente, esta terceira reunião, que deverá ser, em seu entender, para submeter esta proposta de Concurso Público Internacional a votação, uma vez que considera, que o assunto já está

devidamente clarificado. -----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – Agradeceu e retribuiu votos de um bom ano de dois mil e seis para todos. -----

--- Seguidamente pediu esclarecimentos relativamente ao documento que foi distribuído no início da reunião, indagando se este documento é substituto da proposta de avaliação inicial dos imóveis apresentados. -----

--- Senhor **Vereador Ramiro Matos** – Começou por saudar os presentes e informou que os documentos que foram distribuídos no início da reunião resultam de ligeiras alterações decorrentes das intervenções feitas em reuniões anteriores e dizem respeito à questão das benfeitorias que a Câmara Municipal possa vir a efectuar nos imóveis. Explicou que este documento veio alterar dois pontos da redacção, em que os concorrentes, na apresentação da proposta e no que diz respeito ao Programa de Concurso, terão de explicitar as condições referentes a essas benfeitorias. No Caderno de Encargos adita-se que os concorrentes deverão prever o direito de indemnização da Entidade Adjudicante, relativamente a benfeitorias e obras que não sendo de mera conservação e reparação, alterem de forma substancial os valores de cada imóvel. Esta redacção vem salvaguardar a questão das benfeitorias, e traduzir-se-á depois em termos de propostas que serão apreciadas. -----

--- Outro dos documentos distribuídos no início da reunião, resultou de uma dúvida colocada pelos senhores Vereadores da oposição relativamente à utilização dos Fundos Comunitários. Assim, o sentido deste parecer, apresentado por uma entidade externa, explicita que no actual quadro, não se levanta qualquer problema relativamente à titularidade do Imóvel, uma vez que no Quadro dos Fundos Comunitários disponibilizados às Autarquias, não se exige a propriedade do Imóvel. Basta que haja um contrato – e neste caso, é um contrato de arrendamento, em termos de locação financeira.

--- Foi entretanto suscitada outra questão, pelos senhores Vereadores do PS - Partido Socialista, relativamente à avaliação da Casa do Brasil, tendo o senhor **Vereador Ramiro Matos**, confirmado que a mesma foi objecto de nova avaliação, por se ter verificado que a totalidade da área do imóvel não estava registada na Conservatória,

tendo a nova avaliação sido corrigida para seiscentos e vinte e cinco mil euros. -----

--- Acrescentou que os restantes imóveis, também sofreram alterações, em conformidade com o quadro que se transcreve: -----

LISTA DE IMÓVEIS OBJECTO DO CONCURSO ACIMA REFERENCIADO	
IMÓVEL	Valor de Avaliação (Euros)
Edifício sito na Rua Vila de Belmonte – Casa do Brasil	625.000
Complexo Fabril – Lotes 31,32,34 e 35	1.004.090
Complexo Desportivo sito no Taré	2.733.609
Edifício das Piscinas	720.000
Terreno Adjacente ao Complexo Aquático	5.134.489
Quinta da Anacoreta	1.838.817
Fracção Autónoma E- 1.º Dt.º do prédio 21, Largo do Município	176.000
TOTAL:	12.232.005

--- O senhor **Vereador Rui Barreiro** – Apresentou cumprimentos de Bom Natal e votos de um Bom Ano de dois mil e seis. -----

--- Faz referência ao documento agora entregue, que diz trazer mais valias à proposta em discussão, não só do ponto de vista das cláusulas que foram introduzidas no Concurso Público, mas também relativamente aos imóveis, em que foram corrigidos os valores dos mesmos. A seguir teceu os seguintes comentários a propósito da proposta apresentada:--

--- Primeiro - A listagem dos imóveis que a Câmara Municipal tem disponíveis para integrar o concurso devia, em seu entender, ter sido fornecida a todos os elementos da oposição, de modo a que os mesmos fossem escolhidos com base num consenso entre todas as forças políticas representadas neste Executivo Municipal, salvaguardando o interesse municipal. -----

--- Segundo - A duração do contrato deve ser reavaliada pois os trinta anos, correspondem, tal como referiu a senhora Vereadora Luísa Mesquita na reunião anterior, a sete mandatos e meio. Considerou este prazo excessivo porque a taxa de esforço do Município poderá hipotecar a acção de mandatos futuros. -----

--- Terceiro – Considerou que os critérios de adjudicação devem ser merecedores de alguma discussão no sentido de se perceberem as suas vantagens e inconvenientes. Defende, por exemplo que a taxa de juro deve ser um critério que deve pesar, a fim de se

salvaguardarem os interesses municipais. -----

--- Quarto – Questionou sobre o montante das dívidas e sobre quais as que o Executivo pretende pagar com esta operação, designadamente, o que vai ser considerado prioritário e quais os critérios a adoptar para proceder ao pagamento dos fornecedores, Juntas e Associações e outras Entidades.-----

--- Concluiu a sua intervenção dizendo que, sem se terem discutido amplamente todos os pontos do Programa de Concurso e Caderno de Encargos verificando as vantagens e inconvenientes e demais aspectos relacionados, o PS - Partido Socialista não terá condições de votar favoravelmente esta operação de Leaseback. -----

--- Reafirmou que, não sendo esta a solução do PS - Partido Socialista, não se encontra indisponível, para atempadamente discutir esta proposta, para que se chegue a uma versão final e consensual. No entanto, afirma-se disponível para discutir o Orçamento da Câmara Municipal de Santarém e dos Serviços Municipalizados de Santarém. -----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – Começou por saudar todos os presentes renovando votos de um Feliz Ano de dois mil e seis. -----

--- Chamou a atenção do Executivo e em especial do PSD - Partido Social Democrata, para a justeza daquilo que foi dito, enquanto representante da CDU - Coligação Democrática Unitária, ao longo das últimas três reuniões. -----

--- Em seu entender, não só esta proposta de operação financeira, mas também a da constituição das Empresas Públicas Municipais, estavam a ser apresentadas com alguma precipitação, com poucos esclarecimentos e pouca sustentação de natureza técnica, política e financeira. A este propósito chamou a atenção para o facto de nesta reunião ter sido distribuída documentação que vem esclarecer algumas das dúvidas colocadas na reunião anterior pela CDU - Coligação Democrática Unitária mas outras ficam por esclarecer, nomeadamente: -----

--- A listagem distribuída na presente reunião difere em muito da original, e considera que não são coisas de menor importância, exemplificando que na listagem original estavam quantificados onze imóveis, e ainda era referido: “... sem prejuízo de outros que se mostrem necessários para perfazer o valor enunciado”. -----

--- Outra das questões suscitadas, tem que ver com o novo património aqui apresentado, nomeadamente, em termos percentuais, a que totalidade corresponde em termos de património disponível da Câmara Municipal de Santarém. -----

--- Fez ainda referência a uma outra questão, que se prende com a listagem de imóveis, pois considera importante saber de que património este Município ainda dispõe, atendendo a que ao longo dos anos se tenha vindo a alienar património. Gostaria, portanto, de saber o que resta, e do que resta, quanto é que se está a vender em termos de escritura pública para a realização do referido encaixe financeiro. -----

--- Destacou, igualmente a importância de haver um estudo de viabilidade económica, feito com segurança, quer em termos técnicos quer em termos políticos que permita saber para além dos encargos mensais que apontam para cerca de setenta mil euros mensais, qual a taxa residual a aplicar – se a houver, para que depois destes trinta anos e depois de cumpridas todas as obrigações contratuais, o Município possa reaver estes imóveis.-----

--- A finalizar disse que gostaria de ver esclarecido se este dinheiro se destina exclusivamente para pagamento da dívida, se será aplicado no pagamento da dívida e também para algum investimento, ou até, por exemplo para poder pôr em funcionamento as três Empresas Municipais, que logo à partida absorveriam cerca de um milhão e meio de euros, cerca de quinhentos mil euros para cada, segundo o que vinha anunciado no texto da proposta apresentada também em reunião anterior.-----

--- Admite que a situação financeira deste Município é complicada e após a garantia dada pelo senhor Vereador Ramiro Matos de que este encaixe financeiro será aplicado exclusivamente para pagamento da dívida, questionou, qual o valor da dívida, se já existe alguma listagem disponível e quais as prioridades e critérios que serão utilizados nessa operação. -----

--- Perguntou se já foram tomadas iniciativas, por exemplo, contactos com outras Autarquias no sentido de se avaliar as vantagens e inconvenientes dos Contratos de Reequilíbrio Financeiro para que fossem apresentadas e discutidas pelo Executivo, juntamente com esta operação financeira. -----

--- **Senhor Presidente** – Iniciou a sua intervenção afirmando que a Câmara Municipal de Santarém tem uma dívida acumulada ao longo de trinta anos, compromissos de curto prazo, quer às Juntas de Freguesia, quer aos fornecedores, Associações e pequenas entidades que não puderam recorrer ao factoring e necessitam desesperadamente deste dinheiro. -----

--- Reafirmou que esta operação se destina unicamente a pagar dívidas – dívidas que este Executivo não contraiu, mas sobre as quais considera ter responsabilidades.-----

--- Referiu que no decurso desta reunião irá facultar a listagem da dívida a todos os membros do Executivo. -----

--- Relativamente ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro, disse não o considerar opção ou alternativa atendendo às restrições que o mesmo implica com a admissão/regularização de pessoal o que iria pôr em causa a permanência do pessoal contratado pelo Município e reafirmou uma vez mais que não compactua com despedimentos. -----

--- Saliu ainda que um dos seus compromissos eleitorais era o da resolução deste problema e que por ser um problema do Município, esperava encontrar apoio nesta discussão.-----

--- Reafirmou que não faz questão em fazer passar o Leaseback, solicitando aos senhores vereadores da oposição que apresentem uma proposta melhor que esta. Defendeu ser esta a melhor altura para se resolver esta situação, atendendo à proximidade da realização da Assembleia Municipal e à da necessidade da aprovação das Grandes Opções do Plano e do Orçamento da Câmara Municipal para dois mil e seis.

--- **Senhor Vereador Ramiro Matos** – Sublinhou o facto de, tal como constava no programa de candidatura do PSD - Partido Social Democrata à Câmara, ter sido apresentada uma proposta tendo em vista a resolução da dívida. -----

--- Considerou que para o efeito, há duas opções: ou continuar a dever aos fornecedores, ou regularizar a situação, ficando a dever antes à Banca, recuperando o bom nome da Câmara. -----

--- Atendendo a que esta Autarquia já não tem capacidade negocial junto dos

fornecedores e as acções judiciais se vêm acumulando e analisando todas as hipóteses disponíveis, a opção do Leaseback configurou-se, de facto, como a melhor solução, porque se saldaram as dívidas neste contexto negocial. -----

--- Admitiu terem sido estudadas outras opções, nomeadamente o Factoring e o Contrato de Reequilíbrio Financeiro. -----

--- Frisou que a taxa de juro prevista neste leaseback é baixa, semelhante ou inferior, a título de exemplo, às taxas cobradas num crédito à habitação. -----

--- No que se refere à hipótese de se contratar factorings, frisou que após análise dos dados que tinha ao dispor, a previsão de prestação mensal seria de cerca de cento e quarenta e cinco mil euros mensais, com um período de carência de um ano. Sublinhou que com o leaseback o valor da prestação mensal prevista é de cinquenta mil euros, sendo esta uma das principais diferenças, a apontar. -----

--- Assim, em seu entender, o leaseback tem uma vantagem indiscutível, porque representa metade dos encargos financeiros que actualmente a Câmara Municipal de Santarém suporta. -----

--- Existe também o factoring promovido pela própria Autarquia, cujos juros são próximos do leaseback, só que, segundo um parecer a que teve acesso é ilegal. -----

--- Acrescentou que estes contratos de factoring são ilegais porque se trata de um mecanismo ilegal de passagem da dívida de curto prazo, para médio-longo prazo. -----

--- Em relação aos Contratos de Reequilíbrio Financeiro, já debatidos na última reunião, o PSD - Partido Social Democrata considera que as desvantagens deste face à operação de leaseback, não o permitem sequer trazer à discussão. O Contrato de Reequilíbrio Financeiro é um empréstimo que o Estado concede aos Municípios, com carácter excepcional, que permite ir além de todos os limites de endividamento, como operação de apoio à Tesouraria. E é um empréstimo que terá taxas de juro muito semelhantes às previstas nesta operação de leaseback. -----

--- É certo que não tem a garantia dos imóveis, mas não se deverá pensar no leaseback numa óptica de alienação dos imóveis, pois ao celebrar-se o contrato de leaseback será sempre para serem cumpridas todas as obrigações contratuais. -----

--- O Contrato de Reequilíbrio Financeiro, em seu entender é uma solução pior que o leaseback, porque esta é sempre uma questão que é falada, que é discutida e plasmada na comunicação social, e refere, que irá ter um impacto negativo na imagem do Município, imagem essa que se pretende inverter, para atrair e fixar pessoas, investimentos, atrair turistas – Essa é que deve ser a aposta deste Executivo no Município.-----

--- Por outro lado a taxa de derrama tem que atingir o valor máximo, o que, em seu entender, afasta o investimento e a fixação de empresas; -----

--- As taxas e tarifas têm que ser actualizadas anualmente, com uma taxa de crescimento médio, referenciada à taxa de inflação. Ou seja, todas as taxas do Município serão controladas pela Administração Central e terão de sofrer aumentos. -----

--- Outra questão já aqui abordada, tem que ver com as restrições nas despesas com o pessoal, que pode levar à cessação de contratos e até a reformas compulsivas.-----

--- O Contrato de Reequilíbrio Financeiro obriga também à fixação das despesas de investimento, que serão totalmente controladas pelo Estado.-----

--- Assim, pelo exposto, há um maior sacrifício para os munícipes e para as empresas com o aumento das taxas e, por outro lado, há uma limitação à realização de investimento e de obra no Município, razões que, em seu entender, inviabilizam a celebração de um Contrato de Reequilíbrio Financeiro.-----

--- Relativamente à listagem de imóveis, referiu que foram escolhidos os que podem vir a ter alguma valorização, mas que não terão grande interesse do ponto de vista dos privados, como por exemplo, uma escola, um pavilhão desportivo, piscinas, etc.-----

--- Por outro lado, quanto maior for o valor dos imóveis a afectar à operação, menos despesas haverá, já que as despesas inerentes a esta operação pressupõem o pagamento do imposto de transacção de imóveis.-----

--- Relativamente aos critérios que se irão adoptar para pagamento das dívidas lembrou que essa situação está contemplada no orçamento para dois mil e seis.-----

--- Assim, se o Orçamento e as alterações orçamentais são discutidas na Câmara, se o Orçamento é apreciado em sessão da Assembleia Municipal, considera que o controlo sobre o pagamento das dívidas fica assegurado.-----

--- Especificou a seguir quais os critérios estabelecidos para o pagamento das referidas dívidas: -----

--- Em primeiro lugar, proceder-se-á ao pagamento dos montantes em dívida às Juntas de Freguesia, pois grande parte delas vivem situações de grande constrangimento financeiro;-----

--- Em segundo lugar, será tida em conta a antiguidade da dívida, pois existem dívidas com cerca de seis anos acrescidas dos respectivos juros.-----

--- Em terceiro lugar, pretende-se priorizar as despesas que representam maiores encargos financeiros para esta Autarquia, como sejam liquidar as mais antigas por causa dos juros de mora e as que estão afectas a outras operações, como é o caso dos factorings, o que resultará na redução dos encargos financeiros da Autarquia. -----

--- Frisou que não se está a aprovar uma operação de leaseback em concreto, mas sim, a aprovar o lançamento do Concurso Internacional, para uma operação de leaseback, onde as instituições bancárias interessadas irão apresentar as suas propostas vencendo a que melhor condições apresentar para o Município. -----

--- Relativamente à questão do património, referiu que cerca de cinquenta por cento ou mais não está avaliado, portanto, não poderá responder qual a percentagem de património presente nesta lista mas, em seu entender, esta questão não tem importância porque este património não é para alienar. -----

--- Relativamente à viabilidade económico-financeira, lembrou que o senhor Presidente já tinha referido que contactou com algumas instituições bancárias e verificou através dos estudos efectuados por essas mesmas entidades, a viabilidade económico-financeira desta operação. Não se poderão disponibilizar esses documentos, porque são documentos internos e privados dessas Instituições. -----

--- No que se refere ao valor da Taxa Residual, explicou que esse valor fica condicionado à apreciação das propostas apresentadas. Os concorrentes, com base no Programa de Concurso e no Caderno de Encargos, terão de apresentar as condições de pagamento e estas vão ser avaliadas tendo isso em consideração. -----

--- Senhor **Vereador Luís Batista** – Disse que não tem nada contra as operações de

leaseback, todavia, em seu entender devem ser apresentadas ao Executivo Municipal outras soluções, para efeitos comparativos, designadamente com a análise em termos de vantagens/desvantagens dos Contratos de Reequilíbrio Financeiro, dado que até agora só foram apresentadas as desvantagens desta operação. Falou-se das taxas de juro que seriam idênticas nas duas operações, mas, não se falou, que existem, no caso do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, juros bonificados. Também não foi referido o tempo de carência entre o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e o contrato de locação financeira. Ou seja, foram só aqui salientadas as desvantagens, ou seja gostaria de ver o estudo comparativo entre estas duas operações.-----

--- Insistiu no sentido de saber taxas de juro, encargos mensais para a Autarquia e como estes encargos, no futuro, poderão ser suportados, sem esquecer a dívida de longo prazo deste Município que é superior a um milhão de euros. -----

--- A finalizar referiu que gostaria de ver um parecer ou uma proposta de solução da Associação Nacional de Municípios Portugueses, porque infelizmente, Santarém não é o único Município nestas circunstâncias e, portanto, em dois meses, novas soluções poderiam surgir. -----

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Recorda que a questão do endividamento e o facto de não se poder recorrer ao crédito, nasceu de uma decisão do Governo do PSD - Partido Social Democrata, que transformou aquilo que era a capacidade financeira dos Municípios, em metade daquilo que existia e impediu que os Municípios recorressem ao crédito.-----

--- Assim, disse não haver nenhuma desconfiança por parte da oposição. O que há é a necessidade de tomar decisões em consciência, e isso significa que tem que estar informado, que tem que ter tempo para ler e analisar os documentos e ponderar todas as opções.-----

--- Por isso, lança o repto ao senhor Presidente para apresentar propostas alternativas e para disponibilizar a informação solicitada, nomeadamente as alterações possíveis ao Programa de Concurso e Caderno de Encargos, uma versão final com esclarecimentos relativamente aos critérios de adjudicação. Questiona por exemplo, os critérios que

levaram à atribuição de sessenta por cento para a valorização atribuída ao imóvel ou de vinte por cento para a taxa de juro efectiva a suportar, quinze por cento para as eventuais penalidades, cinco por cento para as eventuais comissões a cobrar pela operação, e se há alternativas a estes valores e a esta proposta. Questiona, igualmente, o prazo temporal desta operação, nomeadamente, porque é que são trinta anos e não oito ou dezasseis? ---

--- Solicita, portanto, que sejam dadas as explicações necessárias, a sustentação dos critérios apresentados, para que possam em consciência apreciar devidamente esta proposta.-----

--- Senhora **Vereadora Luísa Mesquita** – Face às intervenções havidas disse considerar esta operação financeira de leaseback, tal como os empréstimos entretanto contraídos pela Câmara Municipal, como ónus. Ónus que vão com toda a certeza afectar as gerações e mandatos futuros.-----

--- Acrescenta que os ónus não são só o montante da dívida aos fornecedores, os empréstimos ou contratos de factorings. Toda a gestão do Executivo Municipal são ónus que deixa, bem como as decisões que aqui são tomadas, são ónus que resultam em cada momento das acções políticas dos Executivos. -----

--- Agradece ao senhor Vereador Ramiro Matos as explicações dadas, mas considera que ainda não são suficientes e lamenta que ao longo destas três ou quatro reuniões se tenha trazido informação tão importante mas sempre de forma dispersa, o que certamente não contribui para uma análise séria e coerente da proposta. -----

--- Refere que a oposição não pode ser considerada como obstáculo intransponível, para recusar as propostas apresentadas pelo PSD - Partido Social Democrata, muito pelo contrário, porque, em cada momento nestes últimos dois meses, de todas as propostas apresentadas pelo PSD - Partido Social Democrata não houve uma única que CDU - Coligação Democrática Unitária não viabilizasse até agora.-----

--- Após mais alguma troca de impressões, o **senhor Presidente** reconhece que todos os presentes têm a preocupação de resolver a dívida, de ter projectos, de se fazerem obras, de construir alternativas àquilo que tem sido feito – ou pelo menos, criar algumas expectativas de esperança, em relação ao futuro.-----

--- Disse considerar que a responsabilidade desta situação é tripartida assim como o deve ser a sua solução. Assume que esta é a única proposta que se lhe afigura vantajosa para o Município no quadro das novas engenharias financeiras, em termos de rentabilidade, de competitividade do Município e em comparação com o Contrato de Reequilíbrio Financeiro. -----

--- Manifestou a sua revolta e indignação por estar a dois dias da Assembleia Municipal e depois do tempo decorrido em torno desta discussão, de ter investido todo os esforços nesta operação financeira, o PS - Partido Socialista querer apresentar uma outra proposta, possivelmente de Contrato de Reequilíbrio Financeiro. -----

--- Considera que esta postura não é séria, porque sempre se soube que a prioridade da sua gestão seria em primeiro lugar a de sanear financeiramente a Câmara; em segundo lugar de criar condições de pagamento credibilizado; em terceiro lugar de criar relações sustentadas com fornecedores, com as Juntas de Freguesia e com as Instituições de Solidariedade Social e/ou Organizações não Governamentais. -----

--- Refere, mais uma vez, que o Contrato de Reequilíbrio Financeiro foi estudado até à exaustão por si e pela sua equipa e que o ónus que daí resultaria não só para o Município, com a subida dos valores das taxas e da Derrama, entre outras penalizações, também traria graves consequências para o Presidente da Câmara e para o Partido que o sustenta, porque estariam inibidos pelas próprias medidas restritivas do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, bem como pela Tutela do Estado, pelo menos durante quatro anos de exercer a gestão proposta e constante do programa eleitoral. -----

--- Afirmou não ter ganho estas eleições para fazer contratos de locação financeira, para alienar património ou hipotecar seja o que for, mas para fazer obras tendo em vista o desenvolvimento do Município.-----

--- No entanto, enquanto Presidente desta Autarquia por mais que queira realizar obra, não o fará enquanto não resolver este grave problema da dívida de curto prazo e das acções que os fornecedores já estão a intentar contra esta Câmara Municipal, com juros na ordem dos doze por cento. E quando começarem as decisões judiciais, a situação será bem mais grave, com o pagamento de indemnizações, para além do valor da dívida em si

e com a agravante de, aí sim, podermos vir a ficar sem património em resultado destas acções judiciais. -----

--- Conclui, dizendo que este concurso não deve merecer qualquer tipo de apreensão ou desconfiança da parte da oposição, porque o mesmo tem estado a ser conduzido por um advogado que é um destacado dirigente do PS - Partido Socialista, e que para além de estar a tratar deste processo gratuitamente, por ser do seu conhecimento pessoal, também se encontra neste momento disponível para responder às dúvidas que os senhores Vereadores lhe queiram colocar. -----

--- Senhor **Vereador Ramiro Matos** – Frisou que esta operação de leaseback, é uma posição séria e sustentada. -----

--- Actualmente, com a entrada do Orçamento de Estado para dois mil e seis as limitações ao endividamento vão ser ainda mais restritivas, porque para os cálculos do endividamento, vão passar a ser contabilizadas também as dívidas de curto prazo a fornecedores. -----

--- Relativamente à sugestão da apresentação da proposta do Contrato de Reequilíbrio Financeiro, lembrou que foi o PS - Partido Socialista que declarou há quatro anos atrás que a Câmara Municipal estava tecnicamente falida. Questiona, portanto, porque é que o PS - Partido Socialista que estava à frente dos destinos da Autarquia nessa altura não avançou com essa solução ou qualquer outra e impede agora este Executivo de avançar com soluções para os resolver. -----

--- Considera não ser razoável que os senhores vereadores aleguem falta de informação, quando toda a informação de base está dada e todos os membros deste Executivo têm o mesmo acesso à Associação Nacional de Municípios Portugueses para solicitarem os pareceres que entenderem e, por outro lado, da nossa parte sempre nos mostrámos disponíveis para, a todo o tempo, solicitarem mais informações se considerassem necessário. -----

--- Recorda mais uma vez que o propósito desta discussão é a aprovação de um concurso público internacional e do seu programa de concurso e caderno de encargos, que até nem tem muitas cláusulas, justificando assim a clareza e a simplicidade de todo este processo.

--- Foram também aqui levantadas dúvidas relativamente aos critérios adoptados nesta operação. Foram, no seu entender os melhores, mas desafia os senhores vereadores da oposição a apresentar outros, para que possam também ser discutidos. -----

--- Refere ainda que envolveu nesta ponderação, não só os técnicos da Câmara Municipal mas também um técnico dos Serviços Municipalizados de Santarém, e que foram feitas algumas projecções de montantes a atribuir e taxas de juro e foi na sequência deste exercício que se chegou a esta ponderação em termos de percentagem.--

--- Senhor **Vereador Rui Barreiro** – Em resposta à intervenção do senhor Vereador Ramiro Matos, salienta que o que a oposição sempre pediu foi o acesso a esses exercícios que foram agora mencionados, que lhes permitissem avaliar correctamente as propostas apresentadas, nomeadamente, os critérios de adjudicação, a duração do contrato, entre outras. -----

--- Conclui dizendo que se lhes forem fornecidos estes elementos e se forem proporcionadas as conclusões resultantes das reuniões que mantiveram com os técnicos e com o responsável pela elaboração do Programa de Concurso e Caderno de Encargos, só então estarão reunidas todas as condições para se voltarem a pronunciar relativamente a esta proposta. -----

--- Após mais alguma troca de impressões, o **senhor Presidente** submeteu a proposta de lançamento de Concurso Público Internacional – Prestação de Serviços de Locação Financeira na modalidade de Leaseback a votação tendo a mesma sido reprovada com os votos contra dos senhores Vereadores do PS - Partido Socialista e da CDU - Coligação Democrática Unitária, que apresentaram as seguintes declarações de voto:-----

--- **Senhora Vereadora Luísa Mesquita, em nome da CDU - Coligação Democrática Unitária** :-----

--- “As dívidas do País e dos Municípios devem preocupar todos os portugueses e naturalmente aqueles que assumem posições políticas.-----

--- E a preocupação deve ser traduzida em respostas e medidas adequadas, sem transformar uma solução, em solução única, em saída exclusiva, em remédio para todos os males. Se a força política que gere a Câmara Municipal de Santarém mantém a sua

decisão que só a medida anunciada em campanha eleitoral e depois à comunicação social e finalmente ao executivo camarário é, na sua opinião, a única, deve esforçar-se por informar todo o executivo das vantagens da sua opinião, das desvantagens da opinião da oposição e disponibilizar toda a documentação que sustenta a medida anunciada.-----

--- Na opinião da CDU - Coligação Democrática Unitária, a única alternativa dada a conhecer pelo PSD - Partido Social Democrata foi apresentada com pouca consistência, sustentada com reduzida informação e defendida com poucos esclarecimentos.-----

--- Vejamos porquê.-----

--- A proposta apresentada afirma e passo a citar: “é o único e mais expedito meio” “solucionando em parte o problema”.-----

--- O que significa que o problema não é resolvido, mas só parte dele.-----

--- A proposta apresentada propõe-se vender a uma instituição bancária, seleccionada depois de concurso público internacional, um conjunto de bens imóveis, propriedade do Município, por um prazo de trinta anos, que de acordo com o artigo um, do caderno de encargos é anexo a este documento.-----

--- A listagem apresentada refere como primeiro imóvel a vender a Casa do Brasil no valor de duzentos e cinquenta e sete mil e setenta e dois euros, hoje corrigida para seiscentos e vinte e cinco mil euros.-----

--- Exactamente o mesmo imóvel que integra o capital em espécie de uma das empresas públicas municipais também apresentadas para discussão, neste caso a de Turismo e Lazer.-----

--- Um outro imóvel, a Quinta da Anacoreta, foi apresentado como ainda sujeito a avaliação.-----

--- Na última reunião, a pedido da oposição, o senhor vereador Ramiro Matos afirmou que lhe havia chegado exactamente naquele momento o valor da avaliação, à volta de um milhão e oitocentos mil euros, hoje apresentada com o valor de um milhão oitocentos e trinta e oito mil oitocentos e dezassete euros.-----

--- A proposta apresentada e ainda no que se refere aos imóveis a vender afirma e passo a citar “sem prejuízo de outros que se mostrem necessários para perfazer o valor supra

enunciado de doze milhões e duzentos mil euros. Este valor foi corrigido hoje com a apresentação de novo documento. -----

--- Concluindo-se por isso, que esta listagem pode não estar completa, outros imóveis se lhe podem juntar. -----

--- No que se refere aos pedidos de esclarecimento colocados pela CDU - Coligação Democrática Unitária na última reunião foi respondido que eram muitos e para alguns não havia resposta, nomeadamente: -----

--- - Considerando a totalidade do património municipal qual é a percentagem que se propõe vender à instituição bancária? -----

--- Resposta: Não sabemos. -----

--- - Existe algum estudo de viabilidade económica que, perante a evolução das despesas e das receitas da Câmara Municipal nos próximos anos desta operação financeira garantam a capacidade da autarquia responder ao compromisso mensal do encargo que, segundo foi afirmado, andarà à volta dos setenta mil euros (catorze mil contos)?-----

--- Não o temos, mas vimo-lo quando falámos com as instituições financeiras e podemos tentar disponibilizá-lo.-----

--- Portanto o estudo não é da Câmara Municipal mas da instituição financeira responsável pelo financiamento. Mesmo assim não chegou até este momento.-----

--- - O encaixe financeiro tem algum objectivo já planificado?-----

--- Resposta: é para pagar a dívida. -----

--- Qual dívida? Quais as prioridades? Quais os critérios? -----

--- Não se sabe.-----

--- Dado que todos sabemos que a dívida é muito superior a este financiamento, muita ficará de fora. -----

--- Findo o contrato de trinta anos, qual a taxa residual a pagar para reaver o património?

--- Resposta: Não se sabe. -----

--- Finalmente à questão colocada sobre outras soluções e à necessidade de apresentação de um plano global para o problema da dívida da Câmara, nomeadamente o Contrato de Reequilíbrio Financeiro e a negociação de um acordo de médio e longo prazos com os

credores, foi respondido que não havia plano global.-----
--- Havia esta solução como única e expedita e parcelar como afirma a proposta.-----
--- O plano global era matéria para mais tarde.-----
--- E quanto ao Contrato de Reequilíbrio Financeiro só tinha desvantagens por oposição à proposta apresentada que só tinha vantagens.-----
--- Considera o PSD - Partido Social Democrata que o Contrato de Reequilíbrio Financeiro sujeita a Câmara a cumprir o que contratualizar com o Estado e isso é negativo.-----
--- É melhor, é mais vantajoso contratualizar com a instituição bancária.-----
--- Considera o PSD - Partido Social Democrata que é mau aumentar as receitas da Câmara, nomeadamente voltar ao anterior valor da derrama de dez por cento.-----
--- Considera que é mais vantajoso onerar o Município durante trinta anos em catorze ou quinze mil contos mensais.-----
--- Considera o PSD - Partido Social Democrata que é negativo otimizar, modernizar e racionalizar os recursos humanos, adequando-os às necessidades do Município.-----
--- Defende que é mais vantajoso vender o património municipal, sem poder garantir que trinta anos depois o retoma e considera que é preferível desorçamentar as despesas com pessoal da Câmara Municipal, criando empresas municipais e deslocando pessoal da autarquia para as empresas.-----
--- Considera o PSD - Partido Social Democrata que é negativo obter empréstimos com juros bonificados no âmbito de um Contrato de Reequilíbrio Financeiro, mas que é vantajosa esta locação financeira com os parâmetros conhecidos.-----
--- Como já afirmámos, na opinião da CDU - Coligação Democrática Unitária, não há uma solução para a difícil situação financeira da Câmara Municipal de Santarém.-----
--- Dissemo-lo ao longo desta discussão e reafirmamo-lo hoje.-----
--- Estamos totalmente disponíveis para avaliar várias medidas capazes de sanearem financeiramente a autarquia, não só a curto prazo mas também a médio longo prazos, que de forma sustentada garantam a continuidade da prestação de serviços da Câmara Municipal à população do Município de Santarém.-----

--- Medidas que passem nomeadamente por: -----

--- Um exigente plano de contenção de despesas.-----

--- Um rigoroso plano de definição de prioridades mais urgentes na área do investimento.-----

--- Uma reestruturação dos serviços autárquicos que optimizem e racionalizem os meios humanos e financeiros. -----

--- Um plano global de resolução da dívida que resulte da negociação da autarquia com os credores.-----

--- Um contrato com a administração central e/ou instituições financeiras que garanta de forma sustentada o equilíbrio financeiro da autarquia e não ponha em risco o património municipal que é de todos e a todos obriga salvar. -----

--- Estas são as razões que justificam o voto contra da CDU - Coligação Democrática Unitária.” -----

--- **Senhor Vereador Rui Barreiro em nome do PS - Partido Socialista:**-----

--- “O PS - Partido Socialista não pode votar favoravelmente esta proposta, devido aos motivos já anteriormente expostos, quer na última reunião, quer durante a discussão de hoje. -----

--- O PS - Partido Socialista considera que não tem ao seu dispor toda a informação que o PSD - Partido Social Democrata diz ter sobre esta matéria. Entende que deveriam ter sido previamente discutidos os critérios de adjudicação, a duração do contrato, o conjunto dos imóveis que podem integrar a operação.-----

--- Pretendemos um compromisso claro, por parte do PSD - Partido Social Democrata, em relação ao pagamento das dívidas, com a apresentação de um plano de pagamentos aos fornecedores e às Juntas de Freguesia, caso o leaseback venha a ser aprovado. -----

--- Em face da manifesta falta de elementos que já foram solicitados anteriormente e ainda não fornecidos e de toda esta informação que é considerada essencial para a apreciação devida desta proposta, o PS - Partido Socialista nunca poderia votar em consciência, favoravelmente esta proposta. -----

--- **Senhor Presidente** – Depois do resultado desta votação e depois desta decisão, disse

continuar disponível para discutir esta proposta de leaseback, informando que a partir desta reunião todos os pedidos de esclarecimento serão efectuados e respondidos por escrito. -----

--- Relativamente aos restantes assuntos da ordem de trabalhos e face ao resultado da votação da proposta de leaseback considerou que deveriam ser retirados e discutidos em próxima reunião, com o que o Executivo, por unanimidade, concordou. -----

--- Convocou a próxima reunião do Executivo Municipal para o dia nove de Janeiro, com início às quinze horas e de acordo com a competência que lhe confere o número cinco do artigo oitenta e quatro da Lei número cento e sessenta e nove/noventa e nove, de dezoito de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei número cinco-A/dois mil e dois, de onze de Janeiro, declarou aberto o “**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DESTINADO AO PÚBLICO**”, não se tendo verificado qualquer intervenção.-----

-----**ENCERRAMENTO**-----

--- E não havendo mais assuntos a tratar, pelo senhor Presidente foi declarada encerrada a reunião eram zero horas e trinta e cinco minutos, do dia vinte e oito lavrando-se a presente acta que vai ser assinada.-----

--- E eu, _____ Chefe de Secção a redigi e subscrevi.-----

--- **O PRESIDENTE**-----

--- Francisco Flores _____

--- **OS VEREADORES**-----

--- Rui Barreiro _____

--- Ramiro Matos _____

--- Luís Batista _____

--- Mário Santos _____

--- Joaquim Neto _____

--- Maria Luísa Mesquita _____

--- Lígia Batalha _____

--- Henriqueta Carolo _____